

A NATO e a Ucrânia depois de Vílnius

Como compatibilizar a legítima aspiração da Ucrânia de entrada na Aliança com as prioridades da NATO?

Nuno Severiano Teixeira | Público | 12 de Julho de 2023

Lembro-me bem da cimeira de Bucareste, em 2008. No segundo dia de trabalhos, antes da sessão da manhã, houve um pequeno-almoço, a sós, entre o então secretário-geral da NATO, Hoop-Sheffer, Bush, Merkel e Sarkozy. O Presidente americano propunha abertamente a [adesão da Geórgia e da Ucrânia à NATO](#), os aliados europeus opunham-se, frontalmente. Não houve consenso e o debate continuou, já com todos nós, aliados, sentados à mesa da cimeira.

O confronto foi aceso e a sessão teve que fazer uma pausa diplomática, com Bush e Merkel em negociação acalorada ao canto da sala. O resultado foi um compromisso ambíguo: a porta ficava aberta, “os dois países tornar-se-iam membros da NATO”, mas não havia nem roteiro nem calendário. E, muito menos, compromisso. A Geórgia e a Ucrânia tiveram que se contentar com uma esperança vaga, a NATO entendeu a pausa como definitiva e a Rússia tomou-a como ameaça. A ambiguidade diplomática abriu uma zona cinzenta que Putin não hesitou em aproveitar, rapidamente: em 2008, quatro meses depois, [invadiu a Geórgia](#) e, em 2014, [anexou a Crimeia](#).

Depois da [invasão russa da Ucrânia](#), em 2022, convém que, [em Vílnius](#), a NATO não caia no mesmo erro de Bucareste. Que acabe com a ambiguidade e as zonas cinzentas e deixe as coisas preto no branco. Porque, agora, não há dúvidas: a invasão da Ucrânia mudou o quadro de segurança europeu. Primeiro, acabou com o princípio da indivisibilidade da segurança europeia: se antes a Rússia tinha que estar dentro, agora, a Rússia tem que estar fora. Segundo, mudou definitivamente a função geopolítica da Ucrânia: se antes era um Estado-tampão, entre a Rússia e a Europa, agora é a fronteira da Europa com a Rússia. Depois da invasão russa, o novo quadro de segurança acabou com a função da neutralidade: na Suécia, na Finlândia e, por maioria de razão, na Ucrânia.

Foi por isso que Kiev definiu a entrada na NATO como um objectivo constitucional. Porque, para a Ucrânia, a entrada na NATO é, certamente, a garantia de segurança e defesa, mas é muito mais do que isso: é o fim da sua subjugação à órbita russa e o símbolo da sua passagem para o Ocidente. E, pelo caminho, a garantia da reconstrução económica e da consolidação da democracia.

É claro que, a meio de uma guerra, a Ucrânia não tem condições para uma adesão plena. Isso faz consenso entre os aliados. Porque a entrada imediata significaria a possibilidade de invocação do [artigo V](#) do Tratado de Washington e, conseqüentemente, o confronto directo NATO-Rússia, “linha vermelha” que ninguém quer ultrapassar.

A questão é: como compatibilizar a legítima aspiração da Ucrânia de entrada na Aliança com as prioridades da NATO? A resposta mais consensual é: garantias de segurança. Mas quais? O modelo das garantias que os EUA dão a Israel parece ser o modelo geralmente aceite. Mas a NATO deve ir mais longe. Isto é, pode dar, na prática, todas as garantias políticas e militares, sem que tenham tradução formal nos tratados. No plano político, a criação do Conselho NATO-Ucrânia, como antes funcionou o Conselho NATO-Rússia, onde a Ucrânia se senta à mesa, mas

sem direito de voto. No plano militar, todo o apoio para a capacitação das Forças Armadas para defesa do seu território: coordenação de políticas, planeamento estratégico, armamento, treino, *intelligence* e, claro, arranjos bilaterais de segurança com Estados-membros da NATO.

Estes são os princípios tradicionais das garantias de segurança, mas a NATO poderia inovar e adoptar uma estratégia pró-activa. Nesse ponto, valeria a pena considerar a estratégia de “escalada defensiva” proposta por Wolfgang Ischinger, o histórico embaixador alemão na NATO e animador das conferências de segurança de Munique. A “escalada defensiva” seria uma estratégia em que, cada vez que a Rússia atingisse um alvo civil, Putin ficaria a saber que a Ucrânia receberia um pacote de mais e melhor armamento.

Há, porém, dois pontos que os aliados, em Viena, não podem esquecer. Primeiro, que, ao remeter a entrada da Ucrânia para o fim da guerra, Putin será tentado a prolongar a guerra, a estabelecer um conflito congelado, ou a recusar-se a assinar, formalmente, a paz. Será preciso definir, com clareza, que o fim da guerra é o cessar-fogo. Segundo, que o homem só conhece a linguagem da força e que é preciso mostrar-lhe que é fraco. E, mostrar-lhe, com igual clareza, que a NATO protegerá a independência da Ucrânia e que a Ucrânia escolherá democraticamente onde quer ficar. Ao que parece, no Ocidente.

<https://www.publico.pt/2023/07/12/opiniao/opiniao/nato-ucrania-vilnius-2056461>